

POBREZA NO BRASIL

Fabio Rogério Banterli, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira

Ciências Sociais Aplicadas - Universidade do Vale do Paraíba - São José dos Campos - SP- Brasil
Rua Ignácio Trunckel, 78 - Bosque Cep. 12.233-120 São José dos Campos - SP Brasil
fbanterli@uol.com.br

Professor Assistente Doutor - Universidade do Vale do Paraíba - Av. Shishima Hifumi, 2911-
Urbanova - CEP: 12.244-000 - São José dos Campos- SP- Brasil- edson@vr.cta.br /
edsonnaaqo@universiabrasil.net

Palavras - Chaves: Pobreza, Inflação e crescimento.

Área de conhecimento: VII - Ciências Sociais Aplicadas

Resumo

A pobreza é um tema sempre atual, está presente em quase todos os países, constituindo-se uma constante ameaça para a humanidade, porém, ela é mais precária, como o Brasil, onde as riquezas já têm um dono, onde os salários são muito baixos, onde a maioria faz jus a apenas um salário mínimo por mês, onde há uma preocupação maior em combater a inflação do que o desemprego, e onde o ensino vem se deteriorando de forma assustadora, vigorando a fórmula de que quanto mais ignorante mais fácil a dominação.

O objetivo é mostrar o quanto a pobreza no nosso país interfere no crescimento econômico do país e poucas coisas são feitas para melhorar.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos maiores países do mundo e a oitava maior economia mundial. No entanto, essa riqueza aparente vive em total contraste com um lado sombrio: o Brasil é o país com a maior desigualdade do mundo. A pobreza é um tema comumente abordado em diversos meios, políticos, científicos e ideológicos, desde o surgimento da economia e da análise da sociedade e seus problemas.

Algumas variáveis são importantes para abordarmos a pobreza no Brasil, inflação, salário e a tributação por ser uma área de pesquisa que tem atraído relativamente pouca atenção, e uma vez sendo o estudo do impacto do sistema tributário nacional e sua influência na distribuição de renda e pobreza, reduz o poder de compra dificultando a

situação das famílias com baixa renda, ao acesso de bens e serviços necessários à subsistência, agravando a pobreza. Referente a educação em países com altos índices de pobreza como o Brasil demonstra a relação próxima entre o baixo grau educacional e o baixo nível de renda e acesso aos bens e ativos da sociedade. Assim, quanto maior for o índice de analfabetismo, de evasão escolar e da precariedade do nível e da qualidade de ensino no país, maior será a pobreza.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA POBREZA

Ao analisar as causas da pobreza, é necessário estudarmos a ponto de vista histórico do surgimento da mesma. Desde muitas décadas os homens buscam entender

as origens da pobreza a fim de tentar amenizá-la ou extingui-la.

Thomas Malthus, na Inglaterra, apresentou uma teoria que o tornou famoso na época e que até hoje possui adeptos. Segundo ele, a maior parte dos problemas da pobreza é gerada pelos próprios pobres, os quais não têm determinação e força de vontade para trabalhar. Para Malthus, a causa da pobreza era a velocidade com que as pessoas se multiplicavam, em contraste com a pouca velocidade em que crescia a produção de alimentos. O problema se resolveria facilmente se os pobres controlassem seus impulsos sexuais e deixassem de ter tantos filhos. Uma vez que sua miséria fosse minorada, eles tenderiam a se reproduzir ainda mais.

Nesse ponto, pode-se mencionar o que havia sido dito anteriormente por Adam Smith sobre a relação entre os salários dos trabalhadores (visto nesse caso como a renda que eles poderiam receber) e o número dos mesmos. Segundo *Smith*, existe uma lei natural de mercado chamada “lei da oferta e demanda” segundo a qual, tão logo exista excesso de mão de obra ofertada no mercado, a tendência é a de que os trabalhadores se sujeitem a salários mais baixos a fim de que não fiquem sem emprego.

PERFIL DA POPULAÇÃO POBRE BRASILEIRA

O Programa Fome Zero permitiu traçar um perfil das pessoas pobres. Usamos dados de 1999, pois, até o momento em que o manual (“Como as empresas podem apoiar e participar do Fome Zero”) estava sendo escrito, o detalhamento para 2001 ainda não havia sido feito. Do total de domicílios pesquisados que possuíam renda abaixo da linha da pobreza, 43% não tinham água encanada, 71,35% não tinham esgoto, o lixo não era coletado em 38,4% deles e em 12,7% não havia energia elétrica. Quanto às características das famílias, pode-se dizer que 55,5% tinham cor de referência parda e 34,4% eram chefiadas por uma pessoa que nunca frequentou escola ou tinha apenas a 1ª série do 1º grau incompleta. Em 37,5% dos casos, habitava o domicílio um casal com filhos menores de 14 anos. Com relação às pessoas pesquisadas

especificamente, observam-se dados curiosos: 69,7% das pessoas pobres nasceram no próprio município em que atualmente residem e apenas 10,8% nasceram em outro estado. Entre os maiores de 10 anos de idade, havia um contingente de 13% de não ocupados. Dos 87% ocupados, 49,1% declararam realizar trabalho agrícola e 50,9%, trabalho não agrícola. Entre os que trabalham no campo, o maior contingente de pobres (34,5%) trabalha sem remuneração e sem produzir para seu próprio consumo. Entre os trabalhadores não agrícolas, o maior contingente é o de empregados (48,5%), embora 62,1% destes não tenham registro em carteira e não recebam auxílio-alimentação.

DEFINIÇÃO DE POBREZA

A definição de pobreza evoluiu na última década, juntamente com o conhecimento internacional sobre a natureza da pobreza e de seus determinantes.

São muitos os tipos de pobreza e também são várias as definições de pobreza. Um compêndio dos estudos realizados traz uma interessante definição da pobreza como carência material, relações sociais ruins, insegurança e vulnerabilidade, baixa auto-estima e impotência. Embora estes fatores difiram de um país para outro e de um grupo para outro dentro de cada país, podemos determinar a existência de quatro dimensões da pobreza.

DIMENSÕES DA POBREZA

A primeira delas, a *pobreza de renda*, caracteriza um grupo demográfico cuja renda pessoal, ou consumo, é inferior ao estabelecido por uma “linha de pobreza” ou ponto de demarcação especificado. Assim, trata-se da falta de oportunidade de uma grande maioria de acesso ao nível e à distribuição de ativos físicos, tais como terra, capital humano e ativos sociais, bem como a oportunidades de mercado que determinam os retornos desses ativos.

O segundo item, a *pobreza em segurança*, caracteriza um grupo demográfico que enfrenta riscos particularmente altos. Esses riscos podem ser materiais (por meio de choques de renda ou esgotamento dos

bens), mas também podem se relacionar com a segurança do indivíduo em situações de violência ou perseguições políticas.

Já a *pobreza em educação* é uma característica utilizada por muitos países que fazem uso do nível de alfabetização para definir outra dimensão da pobreza. Indicadores substitutos, como as taxas de matrícula escolar ou os anos concluídos de escolarização, também podem ser utilizados para essa finalidade.

Por último, temos a *pobreza em saúde*, que caracteriza o grupo demográfico cujos resultados, ou expectativas, em saúde se encontram abaixo de uma linha de pobreza em saúde definida. Em alguns países, esta linha permite distinguir entre as famílias com crianças menores de cinco anos mal nutridas e as famílias com crianças bem alimentadas. De forma semelhante, pode-se estabelecer esta linha utilizando as taxas de mortalidade infantil, as expectativas de vida ou os indicadores de algumas doenças que distinguem os grupos sociais desfavorecidos no âmbito da saúde.

Para fins operacionais, interessa-nos examinar sobretudo quatro fatores relacionados e/ou geradores da pobreza, quais sejam eles: desigualdade na distribuição de renda, falta de educação como causa e como consequência da pobreza, aplicação de impostos e sua influência.

A LINHA DE POBREZA

As linhas de pobreza são limites monetários de demarcação entre os pobres e os que não o são. A sua utilidade e sua determinação têm sido objeto de um debate caloroso. Como são linhas artificiais – às vezes basta um pequeno aumento nas despesas para tirar uma família inteira da pobreza. Atualmente é comum a utilização de múltiplas linhas para distinguir diferentes níveis de pobreza. Assim, a linha de pobreza é definida a partir do custo das necessidades básicas, enquanto que uma outra medida, a linha de indigência, é calculada conforme as necessidades alimentares.

De forma geral, as linhas de pobreza são os níveis de recursos materiais de que um indivíduo necessita para comprar uma cesta de alimentos. O valor dessa cesta pode ser determinado de várias formas:

1.- A linha de pobreza *relativa* fixa arbitrariamente um nível em relação às despesas (cesta de bens) ou à renda média do país – por exemplo, cálculo da linha como 60% do valor médio do país.

2.- A linha de pobreza *absoluta* baseia-se no padrão do que as famílias devem ser capazes de consumir para que não lhes falte o mínimo necessário. As linhas de pobreza absoluta são fixadas no tempo e no espaço, enquanto que as linhas de pobreza relativa podem variar.

Os cálculos das linhas de pobreza se baseiam em várias hipóteses. Por exemplo, as linhas de pobreza são expressas geralmente *per capita* e depois comparadas com a renda ou o consumo *per capita*. A aplicação dessas linhas de pobreza aos dados sobre a renda ou o consumo das famílias permite estabelecer vários indicadores padrão:

- A *incidência da pobreza* (também denominada *taxa de pobreza* ou *índice de contagem da pobreza*) é o indicador padrão mais comum. Descreve o percentual da população cuja renda ou despesas de consumo *per capita* se encontram abaixo da linha de pobreza, ou seja, a percentagem da população que não tem meios para comprar uma cesta de bens básicos.

- A *profundidade da pobreza* mede a gravidade da situação dos pobres, o quão abaixo da linha de pobreza se encontram seus níveis de consumo. Estreitamente ligado, o *hiato da pobreza* mede o déficit total de todos os pobres: sua insuficiência de renda em relação à linha de pobreza. Em outras palavras, especifica os recursos necessários para que todos os pobres cheguem à linha de pobreza. Portanto, o hiato é uma medida muito mais importante que a simples contagem da pobreza, porque leva em conta a distribuição dos pobres abaixo da linha de pobreza.

- A *gravidade da pobreza* é uma medida que guarda estreita relação com o hiato da pobreza, mas que atribui aos que se encontram mais afastados da linha de pobreza – os mais pobres – um ‘peso’ maior na agregação que aos que estão mais perto da linha de pobreza – os menos pobres.

EXTREMA POBREZA

Quase um terço da população do país vive com até meio salário mínimo.

O estudo sobre desenvolvimento, população e pobreza no Brasil mostra que 54 milhões de pessoas vivem no país em estado de extrema pobreza. Deste total, 49 milhões de brasileiros sobrevivem com até meio salário mínimo e 5 milhões não têm nenhum tipo de rendimento.

A região mais pobre do país, é o Nordeste, onde a proporção de pessoas que vive com até um salário mínimo chega a 51%. A mais rica é o Sudeste, onde essa proporção é de 18%.

Dos 54 milhões de pobres, 77,1% se declararam de cor negra ou parda e o restante, brancos. Nas casas com menos de meio salário mínimo per capita em que o responsável é uma mulher, 64% delas se dizem pardas ou negras. Nas famílias com rendimento superior a dois salários mínimos per capita comandadas por mulheres, apenas 22,1% delas são negras ou pardas.

POBREZA, RENDA E INFLAÇÃO.

A inflação e suas acelerações são responsáveis por baixas importantes dos rendimentos reais de origem salarial, com agravamento da pobreza. A perda do poder de compra provém essencialmente, da inflação, que, estando reduzida, evidentemente não desempenha mais este papel, desde o fim dos anos 80 para alguns países, ou o início dos anos 90 para outros. Se a inflação permanecer controlada por um longo período, o que não é seguro, pode-se considerar que está se abrindo um segundo período, no qual a perda possível do poder de compra seria atribuível ao desenvolvimento do desemprego ou das formas de emprego precárias e informais.

POBRES SOFREM COM A INFLAÇÃO

Todas as classes sociais estão perdendo com o aumento de preços, mas os pobres são as principais vítimas, pois a inflação agora se concentra nos alimentos. Os diferentes índices de inflação deixam claro que, neste ano, o custo de vida dos pobres está subindo mais rapidamente que o das demais classes sociais. Nos últimos 12 meses, especialmente desde maio, quanto mais o índice está relacionado com a cesta de consumo de uma família de baixa renda,

maior o seu valor. A inflação não pune sempre as classes de menor renda mais do que as classes média e alta. Nos primeiros anos do governo Fernando Henrique Cardoso (que tomou posse em 1995), por exemplo, o aumento de preços se concentrou no setor de serviços, os maiores aumentos eram das mensalidades escolares, das consultas médicas e dos serviços, como cabeleireiro e encanador. O preço desses itens praticamente não afeta o bolso dos pobres.

DIMINUIÇÃO POSSÍVEL DA POBREZA ATRAVÉS DO CONTROLE DA INFLAÇÃO

A baixa da taxa de inflação conduz a um aumento da renda dos trabalhadores com rendimentos indexados (assalariados), e a repercussão desse fator se dará indiretamente ao comércio informal. Para que o aumento do poder de compra ocorra de modo sensível é preciso que haja, ao mesmo tempo, uma diferença entre o preço dos artigos que se negociam e o nível geral de preços, assim como um crescimento acentuado. Ex. O caso do Plano Cruzado (1986), sendo que nessa época, uma forte desaceleração da alta dos preços fora obtida, em grande parte, graças ao congelamento dos preços, ocasionando a diminuição da pobreza como reflexo da manutenção do poder de compra.

ESTRATÉGIAS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA

Em termos gerais, para formular uma estratégia para a redução da pobreza o país deveria procurar entender quatro questões importantes.

As autoridades nacionais devem começar a compreender o grau, a natureza e as diversas dimensões da pobreza. No nível macro, isso inclui uma avaliação dos impactos do ajustamento econômico e das políticas estruturais sobre o crescimento e a redução da pobreza, bem como da rapidez apropriada do ajustamento. No nível micro, as autoridades nacionais devem compreender onde vivem os pobres, como ganham a vida e os tipos de ativos físicos de que dispõem (terra ou outros insumos).

Do ponto de vista ideal, as autoridades nacionais complementariam um perfil estático

dos pobres com uma análise dos fatores que lhes impedem de sair da pobreza.

Como segundo ponto, as autoridades nacionais devem chegar a um acordo por meio de consultas de base ampla que levem à determinação das metas e alvos, entendendo-se *Metas* por objetivos que as autoridades nacionais desejam alcançar, estas freqüentemente são expressas em termos qualitativos não técnicos – por exemplo, “reduzir a inflação”, “eliminar a pobreza”, “promover o aumento do emprego” ou “erradicar o analfabetismo”. Os *Indicadores* são variáveis usadas para medir as metas — por exemplo, inflação de preços de bens consumidos pelos pobres; “pobreza” medida por um nível de consumo insuficiente para atender às necessidades mínimas de alimentação e outras necessidades básicas (a chamada “linha de pobreza”); dados sobre o número de estudantes que terminaram a última série da escolaridade básica, etc.

Já os *Alvos* são os níveis dos indicadores que um país deseja alcançar até uma determinada data “reduzir a inflação e restabelecer um crescimento econômico positivo.

Esses indicadores e alvos devem abordar tanto os determinantes macroeconômicos do crescimento econômico como os obstáculos à redução da pobreza. A escolha de indicadores e alvos deve orientar-se pelas circunstâncias do país.

Talvez a questão terceira de como chegar ao objetivo seja a mais desafiadora. As autoridades nacionais devem desenvolver uma estratégia global e ações públicas específicas, como melhorar oportunidades e capacidades, uma vez que a gestão macroeconômica prudente é pré-condição do crescimento. Ao mesmo tempo, provavelmente serão necessárias ações específicas para capacitar os pobres a participar dos benefícios do crescimento, aumentar suas capacidades e bem-estar e reduzir os riscos à vulnerabilidade. A melhoria da segurança seria o aumento da segurança individual e domiciliar que é tanto um fim em si mesmo como um meio de melhorar as oportunidades econômicas e os resultados da capacidade entre os pobres. E sobre o aumento da capacitação, de modo geral, a capacitação dos pobres será positivamente associada à redução da pobreza.

As autoridades nacionais também podem promover a participação dos pobres e de suas instituições nos processos decisórios, resultando em políticas e reformas em prol dos pobres.

É possível analisar se está sendo possível chegar ao objetivo, o quarto elemento da formação de estratégia para a redução de pobreza, uma vez que as autoridades nacionais estabeleçam um sistema de monitoramento e avaliação. O monitoramento efetivo dos resultados permitirá a avaliação do progresso no sentido de alcançar as metas da redução da pobreza. Portanto, o monitoramento transparente e sistemático é um elemento crítico de uma sólida estratégia para a redução da pobreza.

PROJETOS

Líderes dos países do G8, defende comércio para combater a pobreza. O grupo dos sete países mais industrializados do mundo e a Rússia deixaram de lado as diferenças diplomáticas em torno da guerra no Iraque para debater formas para estimular o crescimento da economia mundial. Expressaram a intenção de concluir as negociações em torno da liberalização do comércio mundial até 2004, iniciadas na rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio), como forma de combater a pobreza e permitir o desenvolvimento dos países pobres. Fazem parte do G8 Alemanha, Estados Unidos, França, Reino Unido, Itália, Canadá, Rússia e Japão. E esperamos que esse projeto tenha sucesso para combater a pobreza.

CONCLUSÃO

Os principais itens influenciados pela pobreza, de um modo geral, quanto mais a distribuição de renda for desigual em um país, a classe melhor favorecida determinará a demanda agregada, pois seus hábitos de consumo influenciarão diretamente a produção e, por sua vez, redirecionará os investimentos sobre a mesma.

Quanto às altas taxas de crescimento econômico e níveis crescentes de renda per capita, não implicam necessariamente no desenvolvimento econômico e não refletem no sentido de melhores condições de vida para a população.

Os objetivos do desenvolvimento econômico devem ser definidos em termos de redução progressiva da fome, da subnutrição, das doenças do analfabetismo, desemprego, disparidade na distribuição de renda, entre outros. Exige entre outros aspectos a melhoria dos padrões de vida materiais para as camadas sociais menos favorecidas, não bastando apenas elevar o crescimento do PNB (Produto Nacional Bruto), já que este não reflete necessariamente em uma melhor distribuição de renda, pois esta significa uma redistribuição dos ativos produtivos, tais como, terra e capital, dentre os diferentes segmentos da população do terceiro mundo, sendo a má distribuição em grande parte responsável pela ampla divergência de renda e de pobreza.

BIBLIOGRAFIA

TODARO, M.P. Introdução à Economia Uma Visão Para O Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, 1979. Ed. Campos Ltda. Caps. 9 e 10.

CANO, W. Introdução à Economia: Uma Abordagem Crítica. Texto de Apoio Utilizado em Aula. Págs. 21-23.

PAULANI, L.M. BOBIK, M. B. A Nova Contabilidade Social. São Paulo, 2001. Ed. Saraiva. Cap. 9.

BARROS, R. P., CORSEUIL, C. H., CURY, S. Abertura comercial e liberalizaçãodo fluxo de capitais no Brasil: impactos sobre a pobreza e a desigualdade.

REVISTA VEJA, Ed. Abril, 11/04/2001. Pág. 49.

www.datasus.gov.br

www.fiocruz.com.br

www.usp.com.br/fau.docentes

www.ipea.gov.br

www.ipeadata.gov.br

www.dieese.org.br

www.ibge.gov.br

www.pr.gov.br/cie/indic/escolar/pes1